

2 – A relação entre as Políticas Públicas de Promoção de Igualdade Racial e Serviço Social

Para a melhor delimitação dos pressupostos que nortearão esse estudo pretende-se neste capítulo analisar nas formas de apropriação e enraizamento do racismo na sociedade e no Pensamento Social brasileiro. A partir da apropriação dos conceitos e entendimento desse processo busca-se compreender os rebatimentos do mesmo na formulação Políticas Públicas e na garantia de direitos para a população.

A forma excludente de constituição dessas políticas e sua perpetuação restringiram o acesso da população negra à direitos desde sua chegada ao Brasil através do Tráfico Negreiro e mantida por décadas pelos governos republicanos ditos “democráticos”. A trajetória histórica de discriminação e exclusão motivou aos movimentos negros a reivindicarem seus direitos suprimidos, como consequência houve a emergência das Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Considerando as Políticas Públicas enquanto instrumento de trabalho do assistente social e a população negra como o maior percentual de atendimento, buscou-se refletir como o Serviço Social brasileiro vem se apropriando desse debate, assim como quais são as formas de enfrentamento (ou negação) formuladas pela categoria para atuar com a temática.

2.1– O Pensamento Social Brasileiro e a formação de Políticas Públicas de Promoção de Igualdade Racial

Para compreender a emergência da formulação das Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial na sociedade brasileira, tem-se que primeiramente compreender como as teorias racistas surgiram e se enraizaram, não somente no pensamento social brasileiro, mas também no cotidiano da vida das pessoas.

O racismo é uma doutrina que postula a superioridade de certos grupos étnico-raciais. A superioridade é determinada através de uma classificação hierárquica que durante muitos séculos foi utilizada enquanto pretexto para a dominação branca. A ideologia racista propaga a ideia de que características físicas ou biológicas são fatores determinantes para as características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas.

A origem do racismo é mítica. A primeira menção deriva de mitos bíblicos bem conhecidos como a estória de Noé e seus três filhos – Jafé (ancestral da raça branca), Sem (ancestral da raça amarela) e Cam (ancestral da raça negra). A fundamentação religiosa do racismo foi essencial para a expansão capitalista.

A ideologia racista teve um salto com o modernismo ocidental e o avanço da ciência. Nessa fase a biologia se tornou elemento chave para as relações étnico-raciais. Munanga (2003) aponta que “É justamente, o estabelecimento da relação intrínseca entre caracteres biológicos e qualidades morais, psicológicas, intelectuais e culturais que desemboca na hierarquização das chamadas raças em superiores e inferiores” (p.9).

Como exemplo, pode-se citar o naturalista sueco Lineu, que no século XVIII, fez uma classificação racial humana acompanhada de uma escala de valores que culminava numa hierarquização entre essas raças. O cientista fez uma relação direta entre características físicas, inteligência, cultura e características psicológicas. O racismo passou a ter “comprovação científica”.

A teoria racista e sua hierarquização serviram de base para um sistema discriminatório e para um longo processo de escravidão africana que se espalhou por todo o globo. Tal escravidão foi assimilada ao fenômeno de expansão ultramarina que buscava mercados produtores de matéria-prima, ou seja, a construção do sistema capitalista. Conforme afirma Rocha (2006), “A questão étnico-racial é um fenômeno dinâmico, moderno, criado e recriado pela sociedade capitalista. Estes se criam e recriam, desenvolvem e transfiguram, em diferentes círculos de relações sociais” (p.8).

A escravidão de africanos no Brasil, e de forma mais específica o tráfico negreiro, constituíram a base de sustentação da economia colonial portuguesa, integrada ao modo de produção capitalista. Segundo Marques Junior (2007),

(...) esse sistema torna-se a base econômica do modelo colonial. É a escravidão enquanto modo de produção que irá caracterizar a organização social e econômica do Brasil desde a colonização até o fim do Império (p.41).

No Brasil o racismo nasce conexo à escravidão, contudo é somente depois da abolição que ele se estrutura enquanto discurso embasado nas teorias de superioridade racial dos brancos. Conforme Skidmore¹ (1976), “os defensores da

¹ Apud Jaccoud (2008:50)

escravidão nunca, virtualmente, recorriam a teorias de inferioridade racial”, e “antes do clímax da abolição da escravidão no Brasil, em 1888, a maior parte da sua elite pouca atenção dava ao problema da raça em si, bem como à relação entre as características raciais do país e seu desenvolvimento futuro”.

Jaccoud (2008) aponta que apesar da elite brasileira não ter construído um sistema discriminatório legal, ela “compartilhava um conjunto de estereótipos negativos em relação ao negro que amparava sua visão hierárquica de sociedade” (p.51). O branco europeu era o modelo de positividade, mostrando a superioridade branca. Conforme aponta Costa (1999) ² “ele traria a autoridade e o prestígio de uma cultura superior para as idéias já existentes no Brasil”.

Munanga (1986) ressalta que os estudos de Goubeineau mostram claramente a ação de cientistas em favor da manutenção do processo de dominação de um grupo sobre outro, produzindo elementos significativos para a constituição de uma ideologia de dominação racial. A partir dos interesses econômicos de exploração, a figura do negro é desqualificada e o negro torna-se, assim, sinônimo de ser primitivo, inferior, dotado de uma mentalidade pré-lógica (Munanga apud Rocha, 2006, p.21).

Com a abolição ao invés da desconcentração dos valores racistas, houve na verdade uma difusão das teses do “racismo científico”. A elite brasileira incorporou a idéia de hierarquia racial como justificativa para as práticas discriminatórias. A ideologia racial foi amplamente aceita, principalmente até a década de 1930.

Simultâneos com a abolição ocorreram os processos que culminaram na Proclamação da República. A expansão republicana e a ênfase na igualdade e cidadania, que lhe são facilmente associadas, não foram suficientes para suprimir o avanço das teses racistas no Brasil. Dessa forma, os ideais democráticos e a ideologia racial (característica de uma sociedade fundamentalmente hierárquica) caminharam juntos na construção da nação brasileira. Segundo Mattos (apud Jaccoud, 2008, p. 52), a emergência do conceito de raça permitiu a construção de uma “contrapartida possível à generalização de uma concepção universalizante de direitos do cidadão em sociedade que não reuniam condições políticas para realizá-lo”.

² Apud Jaccoud (2008)

Desde o início da democracia republicana brasileira os negros foram alijados dos seus direitos sob a caracterização de seres de segunda categoria. Nesse sentido, a república foi incapaz de ampliar as oportunidades dos negros na sociedade. As desigualdades raciais e, conseqüentemente, também as sociais foram naturalizadas, com base em teorias racistas que foram reafirmadas em novo contexto jurídico e político.

As potencialidades dos indivíduos eram definidas pela sua raça, e para o progresso da nação foi posta a exigência ao Estado de embranquecer o país. Somente um país branco teria a capacidade de realizar os ideais do liberalismo e do progresso. Em relação ao período Jaccoud (2008) aponta que “ampliam-se os preconceitos quanto á participação dos negros nos espaços públicos, acentuam-se os mecanismos discriminatórios e fortalecem-se os estímulos à imigração européia” (p.52).

O processo de miscigenação, baseado na teoria do embranquecimento, traria respostas ao “problema” do negro no Brasil, com seu progressivo desaparecimento. O ideal de progresso estava relacionado não somente ao desenvolvimento econômico, mas ao aprimoramento da população buscando uma predominância branca. A teoria do embranquecimento impossibilitou aos negros a integração na sociedade e contribuiu de forma efetiva para o acirramento das desigualdades na sociedade brasileira. A imigração européia e a miscigenação eram consideradas elementos importantíssimos para a garantia do progresso e da modernização do país.

A década de 1930 trouxe transformações ao debate sobre questão racial no Brasil. O “racismo científico” perdeu força e começou-se dar mais destaque aos aspectos culturais da população do que ao aspecto biológico. O debate cresceu a partir da ênfase em um caráter positivo da miscigenação da população brasileira. Na verdade Jaccoud (2008) aponta que “o amalgamento das raças e a constituição de um povo e uma cultura brasileira substituíram o componente político da República, em seu molde clássico, ancorado na igualdade de seus cidadãos” (p.54).

Na década de 1930, dentre os vários intelectuais que buscavam interpretar a realidade brasileira, destaca-se no debate sobre a questão racial no Brasil, Gilberto Freyre com o livro Casa Grande e Senzala. O livro contém marcadamente, como aponta Machado (2007), uma contradição: um “lado conservador, que consiste na

exaltação da figura do senhor patriarcal” e um lado “inovador, com o reconhecimento da importância de índios e negros na família e, conseqüentemente, na sociedade brasileira” (p.138).

As ideias freyrianas de miscigenação positiva são apontadas por muitos autores como a base para o arcabouço teórico da democracia racial. O debate trazido pelo autor está assentado em uma visão condescendente da violência imposta pelos senhores de escravos, além de uma postura otimista sobre a mestiçagem, ressaltando um passado de boa convivência e paz que caracterizaria a sociedade brasileira. No livro, Freyre traz as bases para a tese da democracia racial: o reconhecimento das três raças que formam a sociedade brasileira; a existência de uma convivência harmônica entre as raças (sem segregação legal) e a positivação da miscigenação.

O ideário da democracia racial transforma o pensamento social brasileiro ao recusar o determinismo biológico e valorizar o aspecto cultural. O novo projeto nacional se alicerça no “povo brasileiro”. Conforme expõe Jaccoud (2008), difunde-se a ideia que “o fenômeno da miscigenação teria possibilitado a formação da nação, ultrapassando e fundindo os grupos raciais presentes em sua formação, e dando espaço ao nascimento de uma nação integrada, mesmo que heterogênea” (p.56).

Ganha força o discurso que a miscigenação no Brasil resultou em uma convivência harmônica entre as raças que constituíram a sociedade brasileira. Em todo o mundo o Brasil era citado como exemplo de um país que conseguiu escapar dos problemas raciais, ao contrário do quadro de violência que era verificado em outros países.

Motivada pela propagação da idéia da democracia racial, a UNESCO, na década de 1950, patrocinou uma pesquisa no Brasil para entender como as relações raciais no país eram tão pacíficas. Buscava-se compreender a “bem sucedida” experiência brasileira, como era visto na época tanto no exterior quanto no Brasil. As pesquisas, no entanto, demonstraram dados divergentes do que eram esperados.

“Os dados da época já demonstravam as desigualdades entre brancos e negros, mas esses dados eram mascarados pelo governo. Nos recenseamentos demográficos realizados em 1900, 1920, 1960 e 1970, o quesito cor foi omitido. No século XX o quesito aparece no Censo de 1950 e a partir do censo de 1980, em virtude da reivindicação do movimento social negro” (Rocha, 2006, p.26).

Segundo Machado (2007):

“o projeto UNESCO possibilitou não só o incremento de pesquisas acadêmicas sobre a chamada questão racial no Brasil, mas, sobretudo, o debate nacional e internacional tendo como foco a configuração da sociedade brasileira considerando a diversidade da população, articulada à revisão bibliográfica das ciências sociais” (p.143).

O projeto UNESCO deu o início ao estudo sistemático das relações étnico-racial no Brasil. Forneceu dados importantes para o questionamento da democracia racial.

O mito da democracia racial serviu por várias décadas como um eficaz instrumento de dominação, e determinante para o acirramento das desigualdades raciais. A tese da existência de uma democracia racial foi usada como justificativa para a omissão do Estado na formulação de políticas públicas destinadas a superação das desigualdades raciais no país.

A história do negro na sociedade brasileira foi descaracterizada. A resistência dos negros frente à escravidão, a luta e as revoltas populares foram reduzidas ou omitidas. Houve um profundo silêncio sobre a identidade cultural e política do brasileiro que contribuiu para a constituição do mito da democracia racial. Conforme ressalta Bosi (1992)

(...) nenhum regime de cativo, em parte nenhuma, foi extinto sem contraste, por obra espontânea dos senhores: as fugas e rebeliões dos negros, a luta de grupos abolicionistas e a ação final do Estado foram, em todos os casos, determinantes. As oligarquias resistiram enquanto puderam (Bosi apud Rocha, 2006, p.27).

O racismo se enraizou na sociedade brasileira, preconceitos raciais permaneceram atuantes influenciando no acesso a oportunidades e de competição social, o que culminou na restrição do lugar social do negro. A miscigenação criou uma gradiente étnica onde quanto mais o indivíduo se aproxima dos traços branco-europeus, mais ele é valorizado, e tem acesso a melhores oportunidades. Do outro lado, quanto mais se aproxima dos traços negros, mais o indivíduo é desvalorizado e marginalizado.

A propagação da idéia da democracia racial encobre as desigualdades de acesso a oportunidades e culpabiliza os negros pela sua pobreza e exclusão. No interior da idéia propagada acerca da existência de uma igualdade de oportunidades está a crença de que os negros não conseguem melhorar as suas condições socioeconômicas, simplesmente, por falta de capacidade para fazê-lo.

A democracia racial começou a ser combatida com mais força no fim da década de 1970 – com o renascimento dos movimentos negros a partir do declínio do período de autoritarismo. Os intelectuais negros começam a questionar que a democracia racial era na verdade um mito, e como era utilizada em proveito da classe dominante.

O renascimento do movimento tem sido associado à formação de um segmento ascendente e educado da população negra que, por motivos raciais, sentiu bloqueado seu projeto de mobilidade social. A isso deve ser acrescentado o impacto nesse grupo de novas configurações no cenário internacional, que funcionaram como fonte de inspiração ideológica: a campanha pelos direitos civis e o movimento do poder negro nos Estados Unidos e as lutas de liberação nacional das colônias portuguesas na África. (Hasenbalg, 1996, p.148-149).

Os movimentos negros da década de 70, através de seus intelectuais fazem um corte epistemológico buscando a valorização da cultura e história dos seus ancestrais. Dentre eles pode-se destacar Carlos Hasenbalg (1978) que enfatiza a relação entre as relações produzidas após a abolição da escravatura e as desigualdades sociais baseadas na questão étnico-racial. O autor ressalta os mecanismos sociais que limitam as chances de superação das desigualdades aos negros.

Segundo D'Adesky (2001), “o movimento negro aponta a imagem negativa do negro e a da África nos livros escolares. Denuncia a discriminação, o desemprego, o subemprego e a exploração sexual econômica e social da mulher negra”. (p.153).

Pode-se destacar no período a Pastoral do Negro, movimento da Igreja Católica que impulsionado pela teologia da libertação, começaram a fazer uma revisão da teologia à luz da situação de situações concretas de discriminação racial em que vivia a comunidade negra. Essa aproximação com a Igreja Católica foi importante no fortalecimento dos movimentos negros no fim da década de 70.

No fim da década de 80, com o processo de redemocratização, os movimentos sociais ganham mais força, entre eles os movimentos negros. Obviamente que eles não se mantiveram passivos ao racismo e a discriminação, mas como todos os outros movimentos sociais foram duramente reprimidos no período da ditadura militar no Brasil.

Os intelectuais negros aprofundam o debate sobre as desigualdades raciais, em seus estudos comprovam que os piores índices de acesso à educação, a saúde,

ao trabalho e a renda (dentre outros) são da população negra. Como mostra Jaccoud (2008) quanto mais alto for o cargo ocupado, mais refratária é a absorção de negros. Isso ocorre, em grande parte, devido à dificuldade de acesso dos negros ao ensino superior.

As desigualdades sociais são frequentemente atribuídas ao recorte de classe, decorrente principalmente da dificuldade de isolar dos indicadores sociais de desigualdades o fenômeno da discriminação. Cabe ressaltar que a discriminação atua em conjunto com outros mecanismos no processo de produção e reprodução da pobreza, contudo é notório, podendo ser comprovado facilmente por dados de diversos indicadores governamentais, que o negro possui acesso diferenciado à oportunidades no mercado de trabalho e nas políticas públicas. A composição racial da pobreza serve como forma de mascarar e naturalizar as desigualdades raciais.

No Brasil ainda está vigente a idéia de que o preconceito e a discriminação são dirigidos aos pobres, ou seja, que existe apenas um preconceito de classe. Esse argumento é continuamente denunciado pelos movimentos negros. A pobreza no Brasil tem cor, ela está diretamente associada aos negros. Segundo aponta Rocha (2006) “A intervenção do movimento social negro, e os recentes estudos e pesquisas têm demonstrado ao conjunto da sociedade que a dinâmica étnico-racial tem influído de forma decisiva no quadro de exclusão social do país” (p.13). Jaccoud (2008) ressalta que “o racismo, o preconceito e a discriminação operariam integrados a um importante processo de naturalização da pobreza. Ao mesmo tempo, a pobreza opera sobre a naturalização do racismo, exercendo uma importante influencia no que tange a situação do negro no Brasil” (p.60).

As Políticas de Promoção da Igualdade Racial

As políticas de ação afirmativas são políticas sociais de caráter redistributivo e visam reconhecimento e valorização. Essas medidas buscam a garantia de oportunidade, tratamento e acesso a grupos sociais historicamente subalternizados, e combater os efeitos acumulados da discriminação e exclusão social.

Os movimentos sociais por um longo período vêm exigindo medidas preventivas e compensatórias para coibir práticas racistas e discriminatórias na sociedade brasileira.

A década de 1980 trouxe significativas transformações na forma de enfrentamento da exclusão social do negro por parte do Estado brasileiro. Os movimentos negros fortalecidos pela democracia conseguiram trazer a questão racial como pauta de debate na elaboração da nova Constituição brasileira. A Convenção Nacional “O negro e a Constituinte” apresentou uma série de propostas para as comissões da Assembléia Nacional Constituinte.

A Constituição de 1988 foi marcada pelo debate das desigualdades que marcavam a sociedade brasileira, assim como a precária cobertura das políticas sociais. No texto constitucional pode-se observar um esforço para o combate a pobreza e pela promoção da cidadania. Prevaleceu a concepção da pobreza, enquanto um processo de exclusão econômica e de cidadania enquanto efetiva participação política e acesso a direitos sociais. A seguridade social seria capaz de garantir as camadas mais pobres da população participação no desenvolvimento econômico e a democracia.

Nesta época pouco se discutia sobre políticas afirmativas para melhorar o acesso da população negra aos serviços de educação, saúde e proteção social, dentre outros. Era um consenso a concepção de que as políticas universais seriam capazes de combater as desigualdades e garantir a cidadania dos negros. Conforme explicita Jaccoud (2008),

O debate sobre políticas afirmativas não havia começado e não contava com apoio dentro do Movimento Negro. A universalização do acesso às políticas sociais que excluíam importantes contingentes da população pobre, composta majoritariamente de negros, eram ainda uma pauta relevante (p.62).

Não há como não considerar que a “constituição cidadã”, como ficou conhecida, representou avanços no que tange a questão racial como: configuração do racismo como crime inafiançável e imprescritível, determinação da demarcação das terras das comunidades quilombolas, proteção às manifestações da cultura afro-brasileira e inclusão no currículo de história das "contribuições das diversas culturas e etnias à formação do povo brasileiro" – legislação que só teve sua regulamentação anos depois.

A Constituição de 1988 reorganizou as políticas sociais, o que possibilitou a ampliação do acesso a oportunidades para a população negra, mas tais avanços não foram suficientes, porque não alteraram os índices históricos de desigualdades entre negros e brancos. A discriminação e o preconceito são mecanismos que dificultam a transformação das relações étnico-raciais porque restringem a igualdade de oportunidades. A luta para superação das desigualdades raciais também é ideológica.

As políticas universais, apesar de serem consideradas imprescindíveis sozinhas não conseguem dar conta da superação das desigualdades raciais, pois não podem ser consideradas como o único instrumento. Faleiros (1996) ressalta que as políticas institucionais consideradas como universais são fundamentais para o fortalecimento de pessoas e grupos em sua relação com o Estado. Porém a operacionalização de tal institucionalização possui inserções diferenciadas por classe, gênero, raça, idade. Tal fato cria uma segunda zona de cidadania. E nesse sentido, algumas políticas trazem embutidas formas de inclusão limitadas. (apud Marques Junior, 2007, p.100).

O racismo e a discriminação funcionam como mecanismos de restrição da população negra à igualdade de oportunidades e a mantém em posição de subalternidade. A discriminação também opera de maneira difusa – discriminação indireta, ou como assinala Jaccoud (2008) racismo institucional. O racismo institucional que se instaura no cotidiano organizacional, inclusive na implementação efetiva de políticas públicas gerando iniquidades.

Os movimentos negros na década de 1990 levantaram a bandeira de políticas públicas que possibilitassem a redução das desigualdades raciais. Essa bandeira se materializou no documento elaborado pela Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, em 1995, com um programa para superação do racismo e das desigualdades raciais nos campos da saúde, na educação, na cultura e no trabalho. Esse documento foi entregue ao governo e como resultado foi instituído o Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra (GTI População Negra), ligado ao Ministério da Justiça, que debateu e apresentou uma série de propostas para o governo brasileiro.

O Estado brasileiro somente em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, reconheceu a existência do racismo no Brasil e a necessidade de criar

políticas públicas para a população negra e políticas de promoção da igualdade racial.

Machado (2007) ressalta que as declarações do presidente “propiciaram uma mudança de paradigma nas formulações e representações sociais sobre a temática das relações raciais na sociedade brasileira” (p.144).

Ainda na década de 1990 os movimentos negros conseguiram, por parte do governo, duas ações significativas: a obrigatoriedade da representação das diversas etnias, de acordo com suas proporcionalidades, em todas as propagandas institucionais do governo e a organização do Seminário “Multiculturalismo e Racismo: o Papel das Ações Afirmativas nos Estados Democráticos Contemporâneos”, que discutiu a experiência norte-americana e as possibilidades brasileiras.

As políticas específicas conseguem garantir a equidade que o padrão universalista sozinho não consegue garantir. Na verdade conseguem a garantia de direitos para o segmento subalternizado da população brasileira, fazendo com que diversidade não signifique desigualdade. Possibilitam o enfrentamento dos privilégios provenientes da hierarquia social.

É um equívoco a subordinação das políticas de redistribuição as de reconhecimento (Fraser, 2007). Raça e classe são elementos importantes para pensar a superação das desigualdades sociais. Essa disputa abre espaço para os interesses neoliberais hegemônicos utilizarem as políticas de reconhecimento para desacreditar na efetividade das políticas baseadas no princípio da igualdade.

No contexto do *fin-desiècle*, a virada em direção ao reconhecimento acomodou-se confortavelmente ao neoliberalismo hegemônico que nada mais queria do que reprimir a memória do igualitarismo social. O resultado foi uma trágica ironia histórica. Ao invés de chegar a um paradigma maior e mais rico que incluísse tanto a redistribuição quanto o reconhecimento, nós efetivamente trocamos um paradigma truncado por outro – um economicismo truncado por um culturalismo truncado. (Fraser, 2007, p.297)

A consolidação de um Estado democrático não pode prescindir da garantia da ampliação da igualdade e do reconhecimento formal e público do tratamento igualitário a todos os seus cidadãos. A equidade só será possível se houver um enfrentamento das desigualdades e dos mecanismos de dominação. Os mecanismos de reprodução do preconceito e da discriminação racial limitam o

alcance das políticas universais, principalmente porque operam no interior das instituições sociais.

Uma dupla relevância do reconhecimento da questão social como temática estratégica é apontada por Jaccoud (2008), pois se por um lado responde às demandas por tratamento igualitário entre negros e brancos, por outro lado possibilita avanços no campo da desnaturalização da pobreza.

Os anos 2000 constituem-se num marco para as Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Muitos dos avanços nessa área se devem a III Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (2001).

A Conferência de Durban, como é frequentemente chamada, possibilitou desde o seu processo de preparação refletir sobre os mecanismos discriminatórios da sociedade brasileira, através de vários debates organizados tanto pelos movimentos negros quanto pelo governo federal para elaborar um levantamento da situação racial no Brasil e pressionar o governo por ações efetivas. No plano internacional, as recomendações da Conferência de Durban para a UNESCO fizeram com que esta estabelecesse uma *Estratégia Integrada de Combate ao Racismo*, para o período de 2002 a 2007.

No pós-Durban várias ações foram feitas pelo governo federal e dentre elas destacam-se: o Programa Nacional de Ações Afirmativas, que previa o trabalho articulado de vários ministérios; o Programa Diversidade na Universidade; a SEPPIR - Secretaria Pública de Promoção da Igualdade Racial e alguns dos parâmetros da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial; a instituição da Lei 10.639 que estabelece o ensino de história da África e da contribuição dos negros à formação nacional; o Programa de Combate ao racismo institucional (PCRI); as Ações afirmativas de promoção de acesso Ensino Superior; as Ações de implementação da Lei 10.639/03; os convênios com universidades; Programa de Promoção da Igualdade de Oportunidade para Todos, do Ministério Público do Trabalho (MPT); o Programa de levantamento das comunidades remanescentes de quilombo, para posterior titulação pelo Ministério da Cultura; o acompanhamento e publicação de manuais relacionados a doenças específicas da população negra, pelo Ministério da Saúde; o Estatuto da Igualdade Racial.

De modo geral, a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial prevê uma articulação entre as políticas sociais. O combate às desigualdades raciais e a promoção da igualdade racial foram as premissas para a elaboração do conjunto das políticas de governo.

2.2 – O debate sobre raça, racismo e discriminação étnico-racial no Serviço Social e sua relação com o trabalho do assistente social nos dias de hoje

As formações sociais e históricas brasileira moldaram as particularidades da questão social. Desse modo, a expropriação da classe trabalhadora e os níveis crescentes das desigualdades sociais são mediatizadas pela questão étnico-racial. O racismo estrutural e estruturante, balizado pelo mito da democracia racial, funciona como um eficaz mecanismo de restrição e seleção do acesso a direitos.

É nesse contexto sócio-histórico, com uma produção restrita e pouca/nenhuma apreensão sobre a questão étnico-racial na formação universitária que os assistentes sociais têm que intervir no seu cotidiano de trabalho. O impacto da pouca produção acadêmica e da incorporação desse debate no processo de formação certamente reflete na inabilidade do enfrentamento dessas questões no exercício da prática profissional.

É imperiosa a incorporação dessa reflexão no processo de formação dos assistentes sociais para que os profissionais adquiram mais ferramentas para uma apreensão crítica das múltiplas determinações e expressões da questão social e possam garantir o compromisso ético-político-profissional em favor da equidade e da justiça social, preconizado pelo código de ética da categoria.

O Serviço Social é uma profissão historicamente configurada como uma requisição da sociedade industrial. Sua forma de estruturação dentro da divisão sociotécnica do trabalho relaciona-se diretamente ao modo de produção e reprodução capitalista. A profissão opera na produção e reprodução das relações sociais, atuando nas contradições que são fruto dessas relações. Dessa forma, institui-se como um tipo de “especialização do trabalho coletivo” inerente do modo de produção capitalista.

A materialidade da profissão é dada pela questão social, que se constitui das seqüelas da relação capital/trabalho, ou seja, das desigualdades sociais e

econômicas geradas por esse embate, que tendem a ser constantemente aprofundadas pelo próprio sistema capitalista.

Como afirma Iamamoto (2002) a questão social reflete as desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, pelas relações étnico-raciais, características regionais, que vão definir a forma de acesso aos bens da civilização.

O trabalho do assistente social figura no campo da reprodução social³. Sua atuação engloba a totalidade da vida cotidiana, todos os aspectos e relações da vida em sociedade. Ele está conexo com a reprodução de bens espirituais que vão gerar a consciência dos usuários atendidos.

Esses fatores históricos e sociais que atravessam o cotidiano do assistente social são elementos constitutivos do seu fazer profissional, tanto como instrumento de análise e avaliação da sua atuação junto aos usuários, quanto como as transformações da própria categoria.

A prática profissional tem uma direção socialmente determinada, ou seja, ao mesmo tempo em que é representada pela consciência dos profissionais que nela atuam, sofre influência de determinadas condições sociais que vão além da consciência dos seus atores profissionais.

(...) Isso supõe, como diretriz do trabalho, considerar a profissão sob dois ângulos, não dissociáveis entre si, como duas expressões do mesmo fenômeno: como realidade vivida e representada pela consciência de seus agentes profissionais expressa pelo discurso teórico-metodológico sobre o exercício profissional; a atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade, e/ou consciência de seus agentes individuais. (Iamamoto & Carvalho, 1995, p. 73)

As condições que peculiarizam o exercício profissional dos assistentes sociais são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas. A reprodução social é na verdade uma forma de transformação do modo de produção, pois quando os profissionais atuam na tomada de consciência estão trabalhando na forma como o indivíduo se vê e atua na sociedade. Dessa forma a reprodução das relações

³ Adotaremos o conceito de reprodução social de Iamamoto, que consiste na reprodução que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade. (Iamamoto & Carvalho, 1995)

sociais atinge o cotidiano da vida das pessoas, se expressando no trabalho, na família e em todas as formas de relações.

O enfretamento das múltiplas expressões da questão social no Brasil não pode prescindir da interconexão com as relações étnico-raciais. Dados da última PNAD⁴ apontam que 51,1% da população brasileira é composta por negros (6,9 % de pretos e 44,2% de pardos). Outro fator importante é que uma parcela significativa dos usuários atendidos pelos assistentes sociais é formada por negros, principalmente porque esse contingente representa o percentual populacional referente aos mais empobrecidos (entre os 10% mais pobres 25,4 são brancos e 74,2 são negros⁵).

A pobreza no Brasil não pode ser descolada da reflexão das relações étnico-raciais. Inegavelmente o sistema capitalista produz desigualdades, pobreza, exclusão, contudo tais refrações da questão social atingem negros e brancos de formas diferenciadas. A pobreza no Brasil tem um profundo recorte étnico-racial, produzindo uma distinção dentro da classe trabalhadora. A construção ideológica racista no Brasil, introjetada nos diferentes extratos sociais, molda contornos particulares na formação da classe trabalhadora brasileira.

Além do agrupamento em classes sociais as relações humanas sofrem influência de fatores ideológicos e políticos que vão também determinar as formas de produção e reprodução social. A condição de inferioridade do negro está introjetada na estrutura da sociedade brasileira. Essa condição é refletida em diversas áreas e molda o lugar do negro. O negro não é percebido somente como um trabalhador que vende sua força de trabalho, carrega junto o estigma de ser naturalmente incapaz e desqualificado.

Os trabalhadores negros em geral são relacionados a cargos que exijam força bruta. Além do imaginário coletivo sobre o papel social do negro é preciso considerar que esse trabalhador enfrenta dificuldades para conseguir atingir um nível elevado de capacitação e mesmo quando consegue permanecer na escola ganha menos que uma pessoa branca com a mesma qualificação.

⁴ Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009 – tabela 8.1

⁵ Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009 – tabela 8.10 - Distribuição do rendimento mensal familiar per capita das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento de trabalho, entre os 10% mais pobres e o 1% mais rico, em relação ao total de pessoas, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – 2009.

Os dados da última PNAD comprovam essa teoria demonstrando que negros permanecem em média 6,7 anos na escola enquanto a população branca permanece 8,4. Apenas 28,2% dos pretos, 31,8 dos pardos chegam ao nível superior e esse número é quase o dobro se for relacionado com a população branca - 62,6%. A taxa de analfabetismo também é maior na população negra - 5,9% entre os brancos, 13,3% entre os pretos e 13,4% entre os pardos⁶. Os baixos índices educacionais aliados a práticas racistas e discriminatórias refletem na baixa remuneração recebida pelos trabalhadores negros. Ao considerar os rendimentos-hora de trabalho verifica-se que pretos com 12 ou mais anos de estudos ganham apenas 69,8% do recebido por um branco com os mesmos anos de estudo, em relação à população parda esse índice é de 73,8%.

Mesmo quando tem a capacitação exigida os trabalhadores negros recebem remunerações mais baixas quando ocupam a mesma vaga que um trabalhador branco com o mesmo grau de capacitação. Se considerar uma mulher negra esse índice é ainda menor. Ocorre um processo de barragem econômica, social, política e cultural dos negros na sociedade brasileira, onde a desigualdade social estabelece conexão com desigualdade racial.

Silva (2007) expõe que estudos sobre a pobreza e desigualdades apontam que os brancos concentram mais renda que os negros. A proporção de negros é maior nas faixas mais pobres da população brasileira. O resultado demonstrou que quanto menor é a faixa de renda, maior é a proporção de negros. O indicador demarca que, independente da faixa de pobreza que se adotar, haverá sempre mais negros entre os pobres.

Esses dados apesar de fazerem parte de diversos indicadores sociais são constantemente invisibilizados tanto pelo Estado como também pelos assistentes sociais. Rocha (2009) aponta como “demandas sociais de origens diversas se colocam como desafio no cotidiano do trabalho do assistente social” (p.514).

A articulação entre teoria e prática é extremamente importante para o trabalho do assistente social. Cabe então um questionamento: Como o assistente social pode intervir de forma crítica e propositiva, garantindo o acesso a direitos se não conhece a realidade na qual a maioria dos seus usuários está imersa? A resposta para essa pergunta é que não se pode garantir direitos sem entender os

⁶ Dados referem se há 15 anos ou mais de idade.

mecanismos racistas de dominação e subjugação aos quais a população negra brasileira está sujeita.

O Serviço Social tem como usuários dos seus serviços um grande contingente de negros e grande parte dos profissionais da área também são mulheres negras, todavia sua produção acadêmica sobre a questão étnico-racial é incipiente. Nos estudos recentes de Rocha (2009); Marques Junior (2007); Filho (2006); Pinto (2003) e Ribeiro (2004) verificam-se a forma como o assunto é invisibilizado no debate do Serviço Social e a existência de uma incipiente produção acadêmica.

Marques Junior (2007) mapeou em seu Trabalho de Conclusão de Curso os trabalhos apresentados em diversas edições do principal Congresso da categoria - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS. Como resultado da análise dos anais o autor verificou que nos trabalhos apresentados (teses, comunicações orais e pôsteres) no período correspondente entre 1989 (quando a temática raça/etnia é introduzida no Congresso – VI CBAS) até 2004 (XI CBAS) em um universo aproximado de mais de 2.420 trabalhos houveram apenas 20 relacionados à temática.

A mesma investigação se preocupou em pesquisar os artigos publicados sobre questão étnico-racial em uma das mais representativas revistas da categoria – Revista Serviço Social e Sociedade. O resultado encontrado foi que de 101 edições⁷, houve apenas três trabalhos: “*As abordagens étnico-raciais no Serviço Social*” de autoria de Matilde Ribeiro⁸, na edição nº 79, em 2004, “*A Questão Racial na Assistência Social: um debate emergente*” na edição nº81 no ano de 2005, de Sarita Amaro e “*A Questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social*”⁹ de Roseli da Fonseca Rocha em 2009 na edição nº. 99.

Ribeiro (2004) faz um mapeamento dos trabalhos apresentados do VI ao IX CBAS, e aponta os avanços da categoria no debate sobre o tema supracitado. Contudo assim como Marques Junior (2007) é preciso ressaltar que apesar do crescimento do debate ele ainda é muito restrito como verificado em outras pesquisas.

⁷ Dado atualizado em 2010, a pesquisa do autor finaliza na edição 83 de 2006.

⁸ Ex- ministra da SEPPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2003-2008)

⁹ Dado atualizado.

Embora concordemos que houve um progresso a respeito do tema, somos obrigados a discordar da dimensão desse progresso, a julgar pela pesquisa que empreendemos e dos poucos trabalhos apresentados, cuja média se mantém, até 2001, em três trabalhos. (MARQUES JUNIOR, 2007, p. 149)

Ainda são apontados por Ribeiro (2004) em seu texto outros dois importantes elementos, o primeiro corresponde a indissociabilidade da incorporação da categoria raça para a formulação das políticas públicas, considerando quem são os usuários desses serviços. O segundo elemento é a necessidade de políticas públicas específicas para a população negra, apontando como principais sujeitos das demandas os movimentos negros brasileiros construindo uma luta contra o racismo não só no Brasil, mas fazendo parte também do debate internacional em prol da construção de instrumentos.

Amaro (2005) concentra o seu debate na relação entre as Políticas de Ações Afirmativas e a Política de Assistência. O ponto central do texto é a “impermeabilidade da política assistencial às ações afirmativas”. Explicita ainda que esta impermeabilidade se deve a um reducionismo do pensamento social brasileiro que definiu a questão da desigualdade como sendo somente uma questão de classe social (Amaro apud Marques Junior, 2007, p. 151). A autora discorre ainda sobre as dificuldades de acesso da população negra às políticas públicas, principalmente de Educação, o que reflete na sua condição sócio-econômica. Isso decorre de uma política baseada em uma homogeneidade, que não consegue garantir acesso equânime aos diversos segmentos sociais e dentre eles os negros. E tanto Amaro (2005) quanto Ribeiro (2004) ao falarem da importância da formulação de Políticas de Ações Afirmativas fazem referência a Conferência de Durban para a construção de mecanismos de combate ao racismo no Brasil e no Mundo.

Os textos citados reforçam a importância da incorporação da categoria raça no processo de formação dos assistentes sociais. Rocha (2009) em seu artigo resgata a produção sobre o debate da questão étnico-racial no Serviço Social e faz uma vinculação com o código de ética do assistente social, principalmente com o princípio: “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária sem, dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993, p.1).

Buscamos assim, discutir essa questão a partir de uma perspectiva crítica do conjunto das relações sociais, nas quais a discriminação racial é atravessada por determinantes de classe, de gênero e de geração. E é sob o conceito da totalidade que buscamos compreender o fenômeno do racismo e suas múltiplas expressões na sociedade brasileira. (Rocha, 2009:542)

Ao fazer o mapeamento sobre os livros que tem como objeto o Serviço Social em sua relação com a questão racial Marques Junior (2007) constatou que até o ano de 2006 (quando finalizou sua pesquisa) havia apenas a publicação de Elisabete Aparecida Pinto: “O Serviço Social e a questão étnico-racial” do ano 2003, pela editora Terceira Margem. Posteriormente no ano de 2007 foi publicado outro livro: O Serviço Social e a Questão do Negro na Sociedade Brasileira, de José Barbosa da Silva Filho.

O livro de Pinto (2003) pode ser considerado como o primeiro livro que debate a relação entre questão étnico-racial e o trabalho do assistente social. Em seu trabalho a autora faz uma reflexão sobre o atendimento feito pelos assistentes sociais aos usuários negros, relatando situações enfrentadas pelos mesmos de racismo e discriminação por parte de alguns profissionais e como esses usuários se posicionam. Aponta que a prática profissional do assistente social tende a invisibilizar o racismo e as práticas discriminatórias presentes em seu cotidiano de trabalho. Ressalta a distancia da produção do conhecimento do serviço social subalterniza a questão étnico-racial.

Barbosa (2007) tem como a base do seu livro a pesquisa para a sua dissertação de mestrado em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. O estudo foi realizado com alunos de graduação da ESS-UFF com o objetivo de investigar a presença do debate étnico-racial brasileiro nas grades curriculares, nos conteúdos programáticos, nas publicações em periódicos e livros do serviço social. Ou seja, de que forma o Serviço Social vêm se aproximando e problematizando, caso isso realmente ocorra, da temática racial na ESS-UFF.

Com dados obtidos da pesquisa o autor aponta para a inexistência do conteúdo na formação dos alunos do serviço social e conseqüentemente na pouca produção dos mesmos sobre a temática. Dos 1.347 Trabalhos de Conclusão de Curso pesquisados (de 1947 a 2002) apenas 06 (seis) – que representa 0,48% falam do negro na sociedade brasileira. Dados semelhantes foram observados nos periódicos: Serviço Social; Serviço Social e Sociedade; Gênero e Temporalis

(revistas que são utilizadas com frequência como fonte de pesquisa pelos graduandos), nos conteúdos programáticos e grades curriculares.

Segundo o autor a parca produção teórica e inexistência do debate no conteúdo programático, não só do Serviço Social, mas de todas as áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas contribuem para a formação de profissionais com pouca ou nenhuma capacidade de atentar para práticas preconceituosas e discriminatórias no seu cotidiano profissional. Os assistentes sociais na sua maioria adotam uma atitude neutra ou de invisibilização frente à realidade da maioria dos usuários atendidos. Por outro lado, o conhecimento sobre história e cultura negra possibilita que os profissionais sejam mais conscientes e críticos em suas intervenções.

A análise do banco de teses do Portal da CAPES das áreas do Serviço Social e de Política Social (relacionado com as faculdades de Serviço Social), no período de pós-Conferência de Durban10 apresentou resultados quantitativos semelhantes aos encontrados pelos pesquisadores citados. Apenas cinco teses de doutorado abordam a temática étnico-racial11 (duas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – anos de 2007¹² e 2008¹³, uma da Universidade Federal do Rio de Janeiro no ano de 2003¹⁴ e uma da Universidade Federal de Pernambuco no ano de 2009¹⁵). Nos outros anos o Serviço Social não produziu nenhuma tese de doutorado sobre a temática.

As dissertações têm resultados melhores quantitativamente, mas percentualmente semelhantes. Foram encontradas trinta e oito dissertações com a temática étnico-racial no Serviço Social de um total de setecentos e oitenta e três produzidas na área, distribuídas entre quatorze universidades do país. Isso

¹⁰ Recorte escolhido porque a **III Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas** - Conferência de Durban - e seu processo de preparação foram fundamentais para alavancar as Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial no país. A pesquisa foi feita entre os anos de 2001 e 2009, porque as teses e dissertações do ano de 2010 ainda não estavam disponíveis no portal da CAPES.

¹¹ De um total de 886 - utilizando as palavras-chave: negro, afro-brasileiro, racismo e serviço social.

¹² Reinaldo da Silva Guimarães. Educação Superior, Trabalho e Cidadania da População Negra - O que aconteceu com os estudantes provenientes dos pré-vestibulares comunitários e populares em rede beneficiários das ações afirmativas da PUC - Rio após sua formatura na graduação?

¹³ Andréia Clapp Salvador. Ação Afirmativa no Ensino Superior: Estudo da Política de Inserção de Alunos Pobres e Negros na PUC - Rio.

¹⁴ Maria José de Souza Barbosa. 'A Cabanagem Entre o Mercado da Liberdade e a liberdade de mercado.

¹⁵ Simone Maria de Souza. Movimento Sem Terra - MST: por uma sociedade emancipada. Um estudo sobre a participação da trabalhadora negra nas lutas sociais na área rural.

representa apenas 4,85% do total de dissertações produzidas pelos cursos de mestrado em Serviço Social. Se forem consideradas todas as dissertações sobre a questão étnico-racial em todas as áreas o Serviço Social foi responsável por apenas 1,44%. A produção está distribuída de forma pontual entre as universidades e a instituição com maior número de dissertações foi Universidade Federal Fluminense - UFF que concentrou treze trabalhos (entre 2004 e 2009).

A ligação entre as dimensões investigativas e interventivas da profissão configura-se como aspecto fundamental do trabalho do assistente social. Os elementos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos são complementares e indissociáveis no processo de trabalho do assistente social. Quando utilizados separadamente tornam-se elementos limitadores

A parca produção do Serviço Social sobre as relações étnico-raciais reflete em uma prática profissional limitada. Ao desconsiderar a raça/etnia dos usuários dos seus serviços os assistentes sociais mascaram uma série de práticas discriminatórias e racistas que estão enraizadas em instituições de diversos segmentos, que dificultam o acesso e restringem direitos desse segmento populacional.

A constituição e institucionalização do trabalho do assistente social são condicionadas pelas relações entre o Estado e a sociedade. O Estado através das políticas públicas, que tentam administrar e gerir os conflitos de classes e a questão social que é inerente dessa relação entre o capital e o trabalho, que vão ocorrer condições para o desenvolvimento profissional. As formas de enfrentamento do Estado frente à questão social incidem na forma como a profissão foi constituída e na forma em que ocorrem suas transformações.

O principal instrumento de trabalho dos assistentes sociais são as políticas públicas. Cabe ao profissional decifrar a realidade e a partir disso alvitrar propostas que possibilitem a preservação e efetivação de direitos. A prática do assistente social direciona-se para a mediação entre os usuários e seus direitos por intermédio das políticas públicas.

O enfrentamento das múltiplas expressões da questão social esbarra na questão étnico-racial. A marginalização do debate no processo de trabalho do assistente social limita a abrangência e qualidade dos serviços prestados a população usuária.

As políticas públicas são planos de ações adotados pelo Governo, e oficialmente sancionados, para garantia das regras gerais da vida em sociedade. Podem ser consideradas como uma forma de preservação e correção das disparidades sociais e resolução de embates na arena política. As políticas sociais são faces das políticas públicas, e é fruto de conquistas na esfera pública.

Elas guardam na sua essência uma contradição, ao mesmo tempo em que se constitui como uma concessão do Estado carrega em si a expressão da luta dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo em que são respostas às pressões sociais, são também elaboradas para manter um equilíbrio social e político no processo de exploração capitalista.

Como estão ligadas as relações de poder, as políticas sociais sofrem interferência das condições políticas, econômicas gerais e culturais, que conseqüentemente vão determinar as prioridades de cada governo. O grau de articulação, mobilização e pressão dos atores sociais é determinante para o reconhecimento de direitos sociais e podem influenciar na elaboração/execução das políticas sociais.

Behring (2006) retoma a tradição marxista para pensar as políticas sociais, assim como os demais fenômenos sociais, enquanto sínteses de múltiplas determinações. Tal pressuposto exige uma análise que busque uma leitura da totalidade, englobando o máximo de elementos possíveis que possibilitem a reconstrução no pensamento dos processos que delineiam determinado fenômeno social.

Com o fim da onda de expansão e a crise do capital, a partir da década de 1970, a forma de regulação estatal baseada no keynesianismo, que norteou as políticas sociais desde o final da Segunda Guerra Mundial também entra em crise. Segundo Raichelis (2000) “... esta forma de regulação em crise coloca em xeque as bases históricas e as conquistas sociais consolidadas nesses 30 anos de ouro do capitalismo” (p. 60).

A nova estrutura do capitalismo baseia-se em um regime de acumulação flexível e como ressalta Netto (1996), a flexibilização pretendida pelo grande capital é favorecida pelo direcionamento a que ele submete a verdadeira revolução tecnológica que, desde os anos cinquenta, afeta as forças produtivas. Essa revolução tecnológica afetou diversos setores da sociedade, mas teve o impacto significativo na área da comunicação.

Nessas novas bases o processo de globalização se fortaleceu, possibilitando maior rapidez na circulação tanto de informações quanto de capital. Com a combinação entre tecnologia e globalização os mercados projetam uma dimensão de ordem planetária, onde o fluxo de capitais assume proporções gigantescas sendo capaz de circular pelo globo em uma velocidade inimaginável.

O Estado passa a travar outra relação com a sociedade civil, diminuindo sua ação reguladora, retirando coberturas e cortando direitos sociais. Esse processo de diminuição da ação estatal é justificado pelos seus idealizadores como forma de diminuição de gastos. Netto (1996) argumenta que é um ajuste que visa diminuir o ônus do capital no esquema geral de reprodução da força de trabalho.

Frente à globalização mundial e a consolidação da hegemonia do capital financeiro, novos padrões se instauraram para produção e gestão do trabalho. Apesar de atingirem proporções planetárias as conquistas do desenvolvimento capitalista não atingiram a totalidade da população. Ocorreu um processo de centralização e concentração do capital, fazendo com que as desigualdades sociais se acentuassem.

Segundo Raichelis (2000), esse novo quadro societário atualiza a questão social, a qual assume novas configurações na sociedade capitalista atual, em decorrência da imposição de uma agenda de ajustes econômicos aos requisitos ditados pela globalização dos mercados e do capital em âmbito planetário.

No atual quadro sócio-histórico a exclusão tanto social, quanto política e cultural tomam proporções muito elevadas. Justamente quando o capitalismo se torna plenamente desenvolvido a exclusão social configura, ou seja, “... a exclusão social se torna contraditoriamente o produto do desenvolvimento do trabalho coletivo” (Iamamoto, 2005, p. 18).

Dentro do referido quadro podemos verificar o agravamento das expressões da questão social. Paralelo ao acirramento da questão social e o aumento da demanda por serviços sociais, ocorre um processo de focalização das políticas sociais. As políticas se tornam cada vez mais restritivas e criteriosas para no acesso aos direitos sociais.

No interior desse debate Silvério (2003, p. 57) aponta que “... o modo de olhar, refletir e conceber a questão social passou a sofrer profundas transformações por influência marcante dos movimentos sociais identitários”.

Como reflexo verifica-se a denúncia pública das práticas geradoras de desigualdades sociais e discriminação.

Paralelamente ao processo de focalização das políticas sociais as políticas identitárias começam a ganhar força. Muitos teóricos do Serviço Social atribuem a expansão dessas políticas ao recrudescimento das políticas universais, exemplificando-as como parte da fragmentação trazida pela política neoliberal e pela flexibilização do trabalho. Contudo essa é uma visão equivocada, pois na verdade não se pode privilegiar nem o econômico nem o cultural na elaboração das políticas sociais, visto que essas duas dimensões devem andar juntas para que os direitos possam ser garantidos.